

Extrativismo Vegetal na Amazônia

história, ecologia,
economia e domesticação

...vere
...sa, jabo
...lorestais), e:
...ção para as gusúria,
...pu
...xtrativ
...aspectos,

metano... trabalhos resultantes de pesquisa
nos 20 anos, que sofreram adaptações, tendo sido publicados nas séries da...
Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, Revista Ciência Hoje, Revista Estudos Avançados, Análise dos...
...tração e Sociologia Rural (Sobrer), Encontros da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Ecoeco)...
...zônia e seminários diversos. Apresentamos o artigo que foi conhecido ao longo do tempo por meio dos cursos...
...ecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodebr) do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, além...
...Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), esta, especial do Brasil da Amazônia...
...ase com relação ao extrativismo vegetal pós-arranque de Chico Mendes (1946-1983), envolvendo as polít...
...anizações não governamentais, que o colocam como cerne da... estão para a redução...
...atamentos e queimadas, para a geração de emprego e renda e como modelo de desenvolvimento adequado para a região amazônica.

...an desafio
...promover o desenvolvimento
...antidades, sem economia de escala, com falta de infraestrutura, baixa produtividade da terra e da mão de obra, perecibilidade e baixo valor dos pr...
...ogramas sociais como Bolsa Família. A separação em produtos florestais madretiros e não madretiros como concepção traduz a falsa ilusão d...
...do sustentáveis por definição. A sustentabilidade econômica versus t...
...endera da taxa de extração... nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabil...
...... é a diferença do ponto de vista econômico com relação a essa separação. A designação de produtos tradicionais, por si só, não é...
...odutos extrativos da Amazônia, considerados inexistentes, pe...
......idade amazônica... famílias
......çuzeiro... o jambu, o guaranazeiro...
...para garantir a geração de re...
...garantir a preservação dos estoques re...
......opical, que foi a seringueira, efetuada...
...... com a seringueira, a castan...
...o equivoco...
......m...

Alfredo Kingo Oyama Homma
Editor Técnico

Extrativismo história, ecologia, economia e domesticação

Vegetal na Amazônia

...sa, jabo
lorestais), e
para as guseira,

pu
xtrativ
aspectos.

metânc. trabalhos resultantes de pesq
nos 20 anos, que sofreram adaptação, tendo sido publicados nas séries da
Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, Revista Ciência Hoje, Revista Estudos Avançados, Anais dos
Congressos de Sociologia Rural (Sober), Encontros da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Ecoeco)
Amazônia e seminários diversos. Apresentamos o texto que foi concebido no longo do tempo por meio de cursos, artigos
Tecnologia Agropecuária para o Brasil (ProCotab) do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará e, mais
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), especialmente do Brasil, da Amazônia.
ass com relação ao extrativismo vegetal pós-análise de Chico Mendes (1946-1983), envolvendo as poli
Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD), dos programas federais de crédito do governo brasileiro
organizações não governamentais, que o colocam como cerne de estratégias para a redução
atamentos e queimadas, para a geração de emprego e renda e como modelo de desenvolvimento adequado para a região amazônica.
um desafio promover o desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos dispersos em pecu
quantidades, sem economia de escala, com falta de infraestrutura, baixa produtividade da terra e da mão de obra, perecibilidade e baixo valor dos pr
ogramas sociais como Bolsa Família. A separação em produtos florestais madeireiros e não madeireiros como concepção traduz a falsa ilusão d
do sustentáveis por definição. A sustentabilidade econômica versus t
enderá da taxa de extração: nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabil
A diferença do ponto de vista econômico com relação a essa separação. A designação de produtos tradicionais, por si só, não e
produtos extrativos da Amazônia, considerados inextinguíveis, pr
sistência extrativista, a longo prazo, a sustentabilidade da
o jumento, o jambu, o guaranázeiro
para garantir a geração de re
garantir a preservação dos estoques rer
tropical, que foi a seringueira, efetuada
com a seringueira, a castani
o equivoco

Alfredo Kingo Oyama Homma
Editor Técnico

Cap. 16

Alfredo Kingo Oyama Homma

Como salvar as castanheiras?¹

Este artigo pretende adicionar alguns esclarecimentos com relação à entrevista ao jornalista Campbell (1999a, 1999b) na reportagem sobre a crise dos castanhais no Estado do Pará, publicado em *O Liberal*, no dia 17 de janeiro de 1999, e motivo de comentário do Sr. Valdir de Campo, presidente da Associação das Indústrias Madeireiras de Eldorado dos Carajás (Assimec), publicado no mesmo jornal, no dia 10 de março de 1999.

A grande questão no momento é como salvar as castanheiras remanescentes e ampliá-las. As pesquisas tendem a mostrar uma contínua subtração dos estoques de castanheiras. Por exemplo, a tese de mestrado de Raul F. Batista, defendida no dia 3 de março, no Centro Agropecuário da UFPA, mostra que mais da metade da cobertura florestal nos municípios de Marabá, Jacundá, Itupiranga, Nova Ipixuna, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia foram derrubados no período 1973–1996. Resultados preliminares da pesquisa em andamento Embrapa/Funtec comparando imagens de satélites de 1997 e de 10 anos atrás, do chamado Polígono Castanheiro, criado em 1983, revelam essa mesma preocupação.

Em primeiro lugar, é preciso entender que a atual situação constitui a conjugação de vários fenômenos. Assim, no dia 7 de junho de 1898, o Coronel Carlos Gomes Leitão fundou o Burgo de Itacaiúnas, que daria origem à cidade de Marabá. Nos últimos 30 anos, verificou-se uma violenta subtração de áreas de castanhais em decorrência de políticas públicas ou de mudanças de alternativas econômicas.

A abertura da antiga PA-70, em 1969, conectando com a Rodovia Belém-Brasília, a Rodovia Transamazônica e as estradas operacionais do Exército em 1972, a PA-150 cortando o coração dos castanhais, a Estrada de Ferro Carajás em 1985 e outras que se seguiram, levaram à atração de migrantes, competindo com as áreas dos castanhais.

¹ Homma (1999a).

Outro aspecto estava relacionado com as grandes transformações da economia desencadeadas com a descoberta das jazidas minerais de Carajás em 1967, os incentivos fiscais promovendo a expansão da pecuária, os programas de colonização, o auge da Serra Pelada, a extração madeireira, o contínuo ciclo migratório, a criação de dezenas de municípios, entre outros. Era evidente o conflito entre a preservação e o progresso.

O fluxo migratório cujo sentido de luta tinha por objetivo o uso da terra para fins agrícolas conflitava com a conservação ou a preservação dos castanhais. Esse fluxo, facilitado pelas vias de acesso rodoviário e ferroviário, resultou, também, na transferência de problemas de outras áreas do País para aquela região, exteriorizada pelos violentos conflitos fundiários, que sempre preocuparam desde a criação do Getat em 1980 e a sua extinção em 1987, sem conseguir uma efetiva solução para esse xadrez fundiário. O saldo, naturalmente, sempre foi a contínua destruição dos estoques de castanhais. A localização dos atuais assentamentos fundiários e das invasões de propriedades em áreas de castanhais constitui outra variável de pressão que está levando à derrubada de castanheiras para ocupação e para agricultura de subsistência em simbiose com os extratores de madeira.

As políticas fundiárias da região, ao reduzirem o tamanho dos lotes – de 100 ha no passado, para, posteriormente, 50 ha e, atualmente, 25 ha, como já vem sendo implementado em novos assentamentos da região – vêm colocando instabilidade em considerar o extrativismo como atividade econômica. Se ainda é forte a pressão sobre a terra na região, em função da existência de fluxos migratórios externos e internos a ela, não se deve encarar a concessão de terra a um maior número de indivíduos como solução social para esse problema, contribuindo para novas migrações mais à frente na fronteira num futuro próximo. Diminuir a área dos estabelecimentos sem aumentar a produtividade dos sistemas agrícolas é contribuir para acelerar o processo de expulsão no lote e para a inexorável destruição das áreas de castanhais no Sudeste do Pará. Sem levar em conta a existência desse ciclo, dar apenas um lote de 25 ha para os integrantes do MST e posseiros, sem tecnificação, não apresenta nenhuma garantia de sustentabilidade futura.

Reverter essa tendência exige o isolamento de áreas de castanhais ainda intactos, o controle de incêndios florestais e a proibição de assentamento em áreas de castanhais e da derrubada de castanheiras para fins madeireiros. São medidas para proteger a integridade física dos castanhais, que exigem a mudança de mentalidade da sociedade. Ao contrário dos açazais, em que a valorização dos frutos tende a levar à conservação pelos próprios extratores, no caso das castanheiras, na visão do posseiro é muito mais lucrativo vender as árvores, plantar culturas anuais e cupuaçu ou transformar em pastos. O tamanho dos

lotes não assegura uma lucratividade para garantir a sobrevivência apenas da extração da castanha, além de constituir em atividade de inverno.

Na minha opinião, o Decreto 1.282, assinado pelo presidente Itamar Franco, no dia 19 de outubro de 1994, permitindo a utilização de castanheira morta ou desvitalizada para extração madeireira até o ano 2000, que culminou na Portaria 108, de 18 de setembro de 1997, do Ibama, regulamentando essa extração, revelou-se uma faca de dois gumes. O interesse dos pequenos produtores e posseiros na venda de castanheiras, independente de sua vitalidade, sem condições de fiscalização e controle fez com que acelerasse o processo de destruição. Derrubar castanheiras seculares mediante a substituição por plantios de castanheiras revela-se algo extremamente duvidoso.

Por outro lado, a iniciativa da Assimec, em plantar 300 mil mudas de castanheiras nos próximos 5 anos em Eldorado dos Carajás, merece nosso louvor e apoio. Um projeto de semelhante envergadura que conheço é o da Agropecuária Aruanã, na Estrada Manaus-Itacoatiara, com 3,5 mil hectares e com 320 mil castanheiras enxertadas, implantadas no período 1981-1988. É bem possível que a visão de dezenas de caminhões conduzindo toras de castanheiras noite adentro no Sudeste Paraense seja substituída futuramente por renques de castanheiras decorrentes de plantios racionais. Medidas de estímulo e incentivo para o plantio de castanheiras ou de outras espécies madeireiras, tanto por pequenos produtores quanto para grandes projetos de reflorestamento devem ser efetuados. É nesse sentido que vejo o futuro da indústria madeireira na Amazônia e que sempre tenho defendido para a região.